

PT
E-008499/2011
Resposta dada por Štefan Füle
em nome da Comissão
(22.11.2011)

A União Europeia agiu com celeridade para apoiar a Tunísia e toda a região. A Comissão agiu com toda a velocidade e em conformidade com os princípios de eficácia da ajuda e as disposições do Regulamento Financeiro. Em muitos casos, a Comissão tem de chegar a acordo com os países beneficiários sobre as prioridades da nova assistência. Em alguns casos, este processo de negociação levou algum tempo, devido igualmente à complexidade das reformas e à mudança de governo.

Tunísia - a UE passou em revista as iniciativas em preparação, a fim de garantir que estas respondam aos desafios imediatos. Só para 2011, a UE duplicou o apoio financeiro, prevendo-se que o seu montante passe de 80 para 160 milhões de EUR. Os fundos adicionais destinam-se tanto à recuperação económica da Tunísia e à necessidade de atenuar as actuais dificuldades, como à criação de emprego nas regiões mais empobrecidas do país. A UE prestou imediatamente assistência para apoiar a preparação das recentes eleições, bem como uma assistência directa à sociedade civil.

O BEI foi uma das primeiras instituições a confirmar o seu forte apoio ao investimento e ao emprego. Com efeito, foram concretizados vários projectos no montante de 437 milhões de EUR. Entre Janeiro e Setembro de 2011, o BEI desembolsou igualmente 163 milhões de EUR a favor de projectos tunisinos. No quadro da Parceria de Deauville, o BEI tenciona voltar a reforçar o seu compromisso a favor de estratégias nacionais que visem um crescimento sustentável e inclusivo.

Foi igualmente disponibilizado apoio humanitário da UE num montante superior a 80,5 milhões de EUR, com vista a ajudar a Tunísia a fazer face ao fluxo de refugiados provenientes da Líbia.

Egipto – após a sublevação de Janeiro de 2011 e em resposta directa às solicitações dos manifestantes, foi lançado um pacote a favor da sociedade civil no montante de 20 milhões de EUR, que visa apoiar os direitos civis, políticos e socioeconómicos. Além disso, a Comissão deu a máxima flexibilidade à execução do Programa Indicativo Nacional 2011-2013 com o Egipto (449 milhões de EUR), por forma a dar resposta às necessidades emergentes depois da revolução. Foram adoptados, em Agosto de 2011, ou estão já na fase de adopção, quatro programas, no total de 122 milhões de EUR, e o processo de autorização dos fundos para 2012 está em curso, prevendo-se a sua finalização no início de 2012.

O BEI intensificou os seus esforços para satisfazer as prioridades da nova administração. Para o efeito, o BEI prevê para 2011 a apresentação ao seu Conselho de Administração, para aprovação, de projectos num montante total de 700-800 milhões de EUR, nos domínios, nomeadamente, do desenvolvimento comunitário, dos transportes urbanos, da energia, da água e do saneamento básico e das pequenas e médias empresas (PME).

Regional – a Tunísia e o Egipto beneficiarão de uma série de iniciativas regionais preparadas com urgência pela Comissão. O Programa SPRING (*Support for Partnership, Reform and Inclusive Growth* - Apoio a parcerias, reformas e crescimento inclusivo), adoptado em 26 de Setembro de 2011, e que dispõe de um orçamento inicial de 350 milhões de EUR, permitirá apoiar os países vizinhos meridionais. O apoio será adaptado às necessidades de cada país, com base no princípio «mais para mais» (more-for-more)», ou seja, a UE dará maior apoio aos países que participem num verdadeiro processo de democratização e de reforma. O programa SPRING foi concebido para simplificar e acelerar o processo decisório da UE, a fim de assegurar uma maior rapidez na concretização do apoio aos países empenhados no processo de democratização. O instrumento para a promoção da sociedade civil nos países vizinhos, adoptado igualmente em Setembro de 2011, e dotado de um orçamento de 22 milhões de EUR, destina-se a reforçar a capacidade da sociedade civil para promover as reformas e aumentar a responsabilidade pública nos seus países. O programa apoiará

projectos a nível da região e nacionais, promovidos por intervenientes não estatais. Para 2012 e 2013, estão previstos montantes idênticos.